

representação” e acréscimo do item “arquivamento de inquéritos policiais, procedimento administrativos e inquéritos civis” no texto da Resolução nº 002/2011.

Belém-Pa, 06 de abril de 2011.

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Procurador de Justiça Criminal
Secretário do Conselho Superior

EXTRATO DA ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - CSMP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 228402

EXTRATO DA ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR -2011

(Lei nº 8.625, de 12.02.1993 – art. 15, § 1º)

DATA E HORA – 08.04.2011, das 09:00h às 10:00h

LOCAL – Plenário “Octávio Proença de Moraes”, no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. **PRESENTES** – **Dr. ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, Procuradora-Geral de Justiça, Dr. RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Dr. ADÉLIO MENDES DOS SANTOS, Secretário do Conselho Superior, Dr. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA, Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR, Conselheira Convocada, Dra. DULCELINDA LOBATO PANTOJA.**

DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

I. Distribuição de processos para revisão de arquivamento, após seleção por matéria, a ser realizada pelos Conselheiros do biênio 2011/2012, referentes aos processos recebidos nos anos de 2009 e 2010, ainda pendentes de distribuição na Secretaria do Conselho Superior. O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público realizou a separação por assunto dos processos de 2009 e 2010, tendo ficado para próxima sessão a distribuição dos feitos.

Belém-Pa, 08 de abril de 2011.

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior

PORTARIAS PGJ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 228687

PORTARIA Nº 1753/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as convocações dos Promotores de Justiça Danyllo Pompeu Colares e Juliana Dias Ferreira de Pinho Palmeira para atuação, respectivamente, nos municípios de Parauapebas e Abaetetuba, na forma do art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALEXANDRE MONTEIRO VENDITTE para, até 25/4/2011, exercer os cargos de Promotor de Justiça de Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari, em virtude da atuação dos Promotores de Justiça DANYLLO POMPEU COLARES e JULIANA DIAS FERREIRA DE PINHO PALMEIRA nos municípios de Parauapebas e Abaetetuba, a contar de 16/4/2011. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1810/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 12064/2011, nas Peças de Informação nº 121/2011-PGJ, CONSIDERANDO os termos dos artigos 4º e 6º da Resolução nº 003/2008-CPJ,. De 11/3/2008,

R E S O L V E:

AUTORIZAR, em caráter excepcional, o Promotor de Justiça EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO, titular do cargo de Promotor de Justiça de Inhangapi, a residir na sede da comarca de Castanhal, enquanto perdurar sua designação para exercer o cargo cumulativo na Vara Agrária da referida comarca. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 28 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1811/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público, como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do *Parquet* promover, privativamente, a ação penal pública, conforme o disposto no art. 129, I, da Lei Maior;

CONSIDERANDO que por meio do Ofício nº 039/2011-MP/4ª PJCrIm, protocolizado sob o nº 11447/2011, a Exmª Srª Promotora de Justiça Sabrina Said Daibes de Amorim encaminhou a esta Procuradoria-Geral de Justiça os autos do Procedimento Investigatório Criminal nº 050/2010-MP, tendo em vista a suposta prática de ilícito penal por membro do Poder Legislativo Estadual, que goza de foro por prerrogativa de função, nos termos do art. 161, inciso I, “b”, da Constituição Estadual, CONSIDERANDO a competência do Tribunal Pleno, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para referido julgamento, consoante o art. 46, XI, “a”, do seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a competência do Procurador-Geral de Justiça para atuação perante o Tribunal de Justiça, nos termos do art. 29, V, da Lei nº 8.625/93, combinado com o art. 56, IV, da Lei Complementar nº 057/2006, podendo delegar suas funções a membro do Ministério Público, conforme o inciso IX, de referido artigo,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes ao Exmº. Sr. CLAUDIO BEZERRA DE MELO, Procurador de Justiça, Assessor da Procuradoria-Geral de Justiça, para funcionar como órgão de execução nos presentes autos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 28 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1817/2011-MP/PGJ

CONSIDERANDO os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal/88;

CONSIDERANDO ser poder-dever da Administração Pública a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200, da Lei Estadual no 5.810/94 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);

CONSIDERANDO, finalmente, os termos do Relatório Conclusivo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância às fls. 156-185, nos autos dos Processos Administrativos Burocráticos nº 1589/2009/SGJ-TA (Protocolo nº 16900/2009) e nº 1600/2009/SGJ-TA (Protocolo nº 19693/2009), o qual foi acolhido *in totum*,

R E S O L V E:

DETERMINAR o arquivamento da Sindicância Administrativa Apuratória instaurada pela Portaria nº 4421/2009-MP/PGJ, de 9/11/2009, publicada no DOE de 18/11/2009.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de abril de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1823/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Promotora de Justiça ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2010/2011, e autorizar o gozo de 30 (trinta) dias no período de 1º a 30/6/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1829/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Ofício nº 019/2011-MP/VDFM, de 26/4/2011, de iniciativa da Exmª. Srª Drª Dully Sanae Araújo Otakara, protocolizado sob o nº 15458/2011,

R E S O L V E:

I - REVOGAR, a contar de 27/4/2011, a Portaria nº 1831/2010-MP/PGJ, de 5/5/2010, publicada no D.O.E. de 24/6/2010, que designou a Promotora de Justiça DULLY SANA E ARAÚJO OTAKARA, para, como representante do Ministério Público, funcionar no Inquérito Policial nº 2009.2.000054-7, bem como nos autos do Processo nº 2010.2.000053-9, podendo adotar medidas que entender pertinentes.

II - REVOGAR, a contar de 27/4/2011, a Portaria nº 5049/2010-MP/PGJ, de 6/12/2010, publicada no D.O.E. de 10/12/2010, que designou a Promotora de Justiça DULLY SANA E ARAÚJO OTAKARA,

no exercício do cargo de Promotor de Justiça de Oriximiná, para atuar nos autos do Processo nº 035.2010.2.000557-1 em que são partes: Otávio Augusto de Sousa Simões Rodrigues (autor) e Ana Travassos Nagawo (vítima), em trâmite perante a comarca de Óbidos, nos termos do parecer exarado pelo Procurador-Geral de Justiça nos referidos autos, podendo adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1833/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

REVOGAR, a partir de 14/4/2011, a Portaria nº 1527/2011-MP/PGJ, de 8/4/2011, publicada no D.O.E. de 27/4/2011, que designou a Promotora de Justiça VALÉRIA PORPINO NUNES IANNUZZI para, até 31/12/2011, exercer o 3º cargo de Promotor de Justiça Criminal de Ananindeua, em virtude da atuação da Promotora de Justiça SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS no município de Belém, a contar de 1º/4/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1842/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a convocação da Promotora de Justiça Sílvia Regina Messias Klautau Miléo para atuação no município de Belém, de acordo com o art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

I - CONVOCAR o Promotor de Justiça FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA para, até 20/4/2011, exercer o 4º cargo de Promotor de Justiça Criminal de Marabá, em caráter emergencial, em virtude da convocação da Promotora de Justiça SÍLVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU MILÉO para atuação no município de Belém, sem prejuízo de suas atribuições no município de Marabá, a contar de 11/4/2011.

II – TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1592/2011-MP/PGJ, de 15/4/2011, publicado no D.O.E. de 2/5/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 2 de maio de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1843/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça LEILA MARIA MARQUES DE MORAES para responder pelo expediente da Subprocuradoria-Geral de Justiça área Jurídico-Institucional, durante o afastamento do Subprocurador Geral de Justiça, MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES, no período de 3 a 5/5/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 2 de maio de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1849/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea “f” da Lei Federal nº 8.625/1993 e art. 18, IX, alínea “f” da Lei Complementar nº 057/2006;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 050/2011-MP/CPJCrImInal, protocolizado sob nº 15571/2011;

R E S O L V E:

DESIGNAR o 14ª Procurador de Justiça Criminal, Dr. RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, sem prejuízo de suas atribuições, responderá pelo expediente do 12º Procurador de Justiça Criminal, durante o impedimento do titular, Dr. ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, no período de 1º a 30/5/2011;

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 2 de maio de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

CONTINUA NO CADERNO 5